

Conferência

Na comemoração do 17º aniversário da entrada do centro histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO

Porto, Palacete dos Viscondes de Balsemão, 5 de Dezembro de 2013



Porto Património Mundial

– O valor intrínseco do bem e algumas notas sobre o processo de candidatura

Rui Ramos Loza, Arquitecto

Porto Património Mundial

– O valor intrínseco do bem e algumas notas sobre o processo de candidatura

Não é respeitada a ortografia do último acordo

Rui Ramos Loza, Arquitecto



O Centro Histórico do Porto está inscrito na lista dos bens do Património Mundial da UNESCO, porque tem valor para tal.

É assim que funciona a Convenção do Património Mundial, e certamente que poderemos acreditar que a entrada nesta lista se rege por critérios objectivos, rigorosos e exigentes.

O Centro Histórico do Porto entrou na lista como cidade viva e representativa de uma urbe portuária de, raízes medievais, onde se sedimentam os séculos de acumulação das camadas renascentista, barroca, clássica, romântica, modernista e contemporânea.

Do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, e também do ponto de vista das grandes realizações, como as pontes, o Porto é, no seu conjunto histórico um exemplar único de cidade como obra de arte.

Mas, mais do que um repositório singular de uma centena de grandes monumentos, o Porto entrou na lista da UNESCO por ser uma cidade representativa das comunidades europeias dedicadas ao comércio e à navegação, à indústria e ao saber.

É autêntica mas cosmopolita, desde há muitos séculos aberta ao mundo.

O sítio, enquanto território geográfico, mais a comunidade que o preenche e lhe dá vida, mais o artefacto urbano que daí resulta, são os ingredientes essenciais deste bem, que entrando nesta lista, se ofereceu ao mundo.

A UNESCO soube apreciar a preservação das arquitecturas sobrepostas, misturadas com uma urbanidade que mexe e se altera e com uma variada comunidade de habitantes, comerciantes e utentes. Falamos, por isso, de cidade viva, por oposição à “cidade museu”.

Este entendimento foi inovador para a própria UNESCO.

Ao contrário das ruínas de Machu Picchu, de Angkor ou de Pompeia, a salvaguarda do valor patrimonial do Porto tem de prestar atenção aos vivos e isso levanta problemas novos ao conceito de Património e ao conceito de Reabilitação Urbana.

A reabilitação urbana do Porto, no seu Centro Histórico, encerra por isso, um importante desafio que é o de conseguir equilibrar a preservação com a transformação.

Ao longo dos séculos o Porto foi acumulando valores, à mesma velocidade que perdia outros. Para construir a gare de S. Bento perdeu o convento das freiras, para ganhar a praça da Ribeira perdera a porta da Ribeira, para deixar passar a ponte D. Luís I teve de derrubar parte da Muralha Fernandina. Podemos, assim, constatar como é discutível a decisão sobre o que há a preservar e o que há a acrescentar ou substituir.

Esse é o desafio da cidade viva.

Na cidade museu, em Conímbriga, por exemplo, as casas, as ruas, as portas, o aqueduto... podem estar fossilizados, como memória de uma época em que foram construídos ou em que cessaram as suas funções vitais. Aí só resta a memória e o enorme respeito que nos merecem os seus construtores.

Dos seus habitantes, das pessoas que usaram durante séculos aquelas ruas, as casas e as termas, que beberam as águas daqueles aquedutos, desses já não sabemos os nomes, os gostos nem os desgostos que tiveram.

Não é assim no Porto.

Aqui, ao contrário da cidade fóssil, ainda é preciso ganhar o pão de cada dia, ainda é preciso o tecto para dormir, a porta para proteger a casa, o autocarro, o eléctrico e o automóvel. As pontes, que são os nossos mais notáveis monumentos, são ainda utilidades altamente frequentadas, salvo a Maria Pia, que aguarda salvação e uso!

As casas, mais ou menos preservadas, mais ou menos ocupadas, mais ou menos adaptadas, vão dando alojamento aos portuenses, com nome, com vontade, com necessidades e com futuro.

Esse é o grande desafio da cidade viva. O de transportar para o futuro um legado denso e rico que a UNESCO classificou como pertencendo a toda a humanidade, mas que é ainda, e será, a pátria de gente singular, nascida e criada aqui, alguma vinda de fora, outra vinda de perto e também de alguns que já cá estavam há muito, no tempo de pais, avós e até mais antigos.

Esta comunidade no seu sítio, com as suas ruelas e escadas e com os seus prédios e comércios, com o seu sol e a sua chuva, herdeira do Porto de mar que era aqui antes de Leixões e do porto de rio que era aqui antes dos comboios e camiões, esta comunidade de tripeiros vindos do Douro e Minho, de Trás-os-Montes e da Inglaterra, retornada do Brasil ou da África, integra o Património Mundial que a UNESCO “meteu” na lista.

Na “cidade museu” podemos contentar-nos a ouvir a história e guardar fotografias, podemos entregar a gestão aos arqueólogos, conservadores e historiadores. O seu uso é o dos seus visitantes.

Aqui não.

Claro que não há cidade histórica viva sem historiadores e arqueólogos, mas não há cidade histórica viva se não houver também construtores e criadores.

Sem prejuízo de outros personagens ilustres, como o Ferreira Borges do século XIX, talvez os Almas tenham sido os maiores destruidores de “património” da cidade do Porto. Mas se contabilizarmos, agora, o Património que eles (pai e filho) acrescentaram, só podemos ficar gratos pela sua visão de futuro e de modernidade!

Como objecto da sua acção estava uma cidade viva e aberta ao mundo, com um futuro de séculos.

Hoje estamos debaixo do desafio crucial de transportar através do século XXI, esta herança tão longa e que é, ao mesmo tempo, a nossa maior riqueza.

O futuro do Porto passa, sem dúvida, por saber valorizar e preservar, transformando, este Património Mundial, pertencente à humanidade e à comunidade viva presente e futura.

A classificação do Porto pela UNESCO é antes de mais e acima de tudo uma oferta da cidade ao mundo.

Com isso o país (teoricamente, o país) mas sobretudo, na prática, o município assumiu a responsabilidade de gerir o equilíbrio entre as necessidades actuais e futuras e a necessidade de salvaguarda do valor histórico.

Essa é a missão central da reabilitação urbana do Centro Histórico do Porto.

Mas a classificação não se traduziu apenas por uma importante factura para o país, que o município tem de suportar. Ela é também um recurso de valor inestimável que o Porto sabe explorar e de que o país recebe os benefícios.

Como recurso, o património alimenta a vida de muitos cidadãos, dá função a muitos edifícios e vitaliza as ruas, as praças e o rio, os comércios, hotéis e restaurantes, os barcos, os serviços, transportes e museus, os monumentos e as actividades lúdicas e culturais.

Em resumo, o património é também economia.

Importa que, como tal, seja salvaguardado como recurso renovável, renovado, sustentável dentro do sistema das pressões urbanas de hoje e do futuro.

Mas, como já vimos, se o Património Mundial é esse recurso, é o com todo o mérito dos seus três milénios de acumulação de cidade. Assim o entendeu a UNESCO na apreciação da candidatura apresentada pelo estado português em 1996.

Cabe aqui lembrar que o processo foi inteiramente conduzido pelo município.

Já em 1991 se preparava o “dossier” de candidatura, tendo sido essa tarefa confiada ao CRUARB, Projecto Municipal que tive o privilégio de dirigir nessa época.

Concluído o documento, que deu origem a um livro chamado “Porto A Património Mundial”, este foi entregue ao governo de então, tendo sido apenas em 1996 que o Centro Histórico do Porto entrou na lista indicativa do país.

Já em 1996, o Centro Histórico do Porto foi visitado pelo perito do ICOMOS incumbido de apreciar a candidatura.

Foi em Fevereiro durante uma semana de chuva incessante, daquelas que dão para perceber o Porto como ele realmente é: infinitamente belo sob o manto espesso de toda a miséria, humana e edificada.

Esse perito é o Professor Arquitecto Álvaro Gomes Ferrer-Bayo, de Valência, a quem o Porto deve prestar homenagem.

Não por ter feito algum favor ou por ter usado de benevolência, mas pelo entendimento lúcido que teve, ao ver, sob as roupas penduradas debaixo de plásticos, nas sacadas das casas, a autenticidade do século XVIII e XIX, degradado onde as pessoas viviam, rua após rua, dentro do esforço enorme do município por conseguir dar alguma humanidade à existência dessas pessoas e dessas casas, recuperando o possível.

Durante três dias de reuniões e visitas interrogou os técnicos e responsáveis pela candidatura e deixou um “caderno de encargos” de vinte e três perguntas para serem respondidas em duas semanas, pois ele próprio tinha um calendário apertado para a elaboração do seu relatório à UNESCO.

As respostas a essas vinte e três perguntas foram, já depois da classificação, editadas em livro, pelo município com o título “Porto Património Mundial”.

Nesse mesmo ano, pelo S. João, reuniu em Paris o “bureau” do Património Mundial que acolheu o relatório e a recomendação do ICOMOS para inscrever o Centro Histórico do Porto, e em 5 de Dezembro na cidade de Mérida, no México, o Comité aprovou a entrada deste bem na Lista.

É essa data que hoje celebramos.

Desde aí o Centro Histórico do Porto tem resistido a naturais fenómenos de desgaste, de agressão, de esquecimento e marginalização, mas também de resistência.

Em 2003 com o encerramento do CRUARB perdeu parte da sua paternidade, mas resistiu à orfandade.

Em 2007, no décimo primeiro aniversário, à falta de iniciativa institucional um movimento de cidadãos encheu o palácio da Bolsa que se abriu para a comemoração.

Em 2005 o município tinha sido compelido pela UNESCO a apresentar um plano de Salvaguarda do bem, que só em 2008 seria produzido, tendo sido entregue e aprovado, sendo hoje um documento válido e em pleno vigor.

Cabe aqui registar, e nunca será demais fazê-lo, a homenagem que deve ser dirigida a três figuras, já desaparecidas, de primordial importância para o bom sucesso da candidatura.

Primeiro para o Mestre Viana de Lima, Arquitecto maior do movimento moderno, sábio do património e que era ainda vivo e consultor do CRUARB, no início do processo de elaboração da candidatura. A ele se devem inestimáveis conselhos, nomeadamente sobre o âmbito territorial do Centro Histórico.

Também para a Maria Helena Vaz da Silva, figura incontornável da cultura portuguesa do século XX, que na qualidade de presidente da Comissão Nacional da UNESCO, soube apreciar o valor do Porto e para aqui canalizou toda a sua energia e capacidade, tendo, nomeadamente, visitado o Centro Histórico com Bernd Von Drost, então Presidente do Comité do Património Mundial.

Ainda para o Embaixador Moya Ribera, Delegado de Portugal na UNESCO no período mais crítico da tomada de decisões sobre a candidatura do Porto.

Obviamente que ainda há importantes protagonistas vivos, dignos de registo. Autarcas, técnicos e responsáveis governamentais.

A esses, por serem publicamente conhecidos, peço a benevolência de não referir, sem prejuízo da estima que devem merecer por parte da cidade.

Porto, 2013-12-02